

**IX SEMINÁRIO NACIONAL – DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE:
Utopia, esperança e humanização.**

**AFRICANIDADES E BRASILIDADES:
“somos todos igualmente diferentes”**

Elaine Smaniotto¹
Eliana Auler²

Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade apresentar o desenvolvimento de um projeto que priorizou o ensino de história, geografia e cultura do continente africano, especificamente sobre os reinos formados durante os séculos V ao XV, características de países africanos de língua portuguesa, motivos e formas pelos quais os africanos foram trazidos ao Brasil e a sua luta por liberdade. Enfatizou-se o estudo sobre heranças africanas: música, danças, língua, religião; e uma reflexão referente à condição do negro no Brasil, suas conquistas e ações afirmativas para estes, buscando respostas para o seguinte questionamento: Por que é tão difícil ser afrodescendente em um país onde é a segunda maior população no mundo? Durante e após o desenvolvimento da prática educativa percebeu-se que houve ampliação de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores quanto à pluralidade étnica, respeito aos direitos legais, valorização da identidade e o reconhecimento das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Palavras chave: África. Educação. Respeito. Pluralidade étnica.

INTRODUÇÃO

Seguindo a filosofia da escola *“ressignificar e ampliar a construção do conhecimento de forma que o senso crítico seja desenvolvido e os valores perpetuados e vivenciados”*, e motivados pela Lei nº 10639/2003³, que alterou

¹ Professora mestre em História. E-mail: outubroescola@gmail.com

² Professora licenciada em História. E-mail: elianaauler@yahoo.com.br.

³ A Lei nº 11.645/08 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena”. “Art. 26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

a Lei nº 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do “*Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*”, o Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt promove a educação de cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica. Nesse sentido, torna-se importante desenvolver, por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores no que se refere à temática Africanidades e Brasilidades, pois desta forma a escola participa do processo de resistência dos grupos e classes postos à margem, bem como contribui para a afirmação da identidade e da cidadania de seus educandos.

Buscando, através de métodos educativos diversos, criar um ambiente onde se possa aprender, discutir e construir conhecimentos a cerca das diversidades existentes na cultura brasileira, e também firmar um elo de engajamento com as ações afirmativas⁴ existentes.

Objetivos do estudo

A Prática Pedagógica executada objetivou: Conhecer aspectos da geografia, da história e da cultura do continente africano; Identificar Reinos e Impérios africanos desenvolvidos durante os séculos V ao XV; Averiguar o Tráfico Negreiro e as suas consequências para a África e para a América; Conhecer as características de alguns países do continente africano; Reconhecer heranças da cultura africana no Brasil; Conhecer as principais ações do Movimento Negro; Identificar ações afirmativas para os afrodescendentes; Analisar a importância e o significado das Máscaras na cultura africana; Apreender e representar danças afro-brasileiras; Compreender e respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar.

Metodologia

O trabalho que aqui se apresenta, envolveu professores da área de Ciências Humanas (Cleber Fabiano Custodio Duarte, Elaine Smaniotto, Eliana Auler, Eunice de Mello Silva, Francisco Arnold e Luiz Fernando Silva) e

⁴ Trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional reconhecido universalmente – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

estudantes do Ensino Médio Politécnico (diurno – turmas: 201, 202, 203 e 204 e noturno – turmas: 206, 207 e 208) do Instituto Estadual de Educação Olívia Lahm Hirt. Foi desenvolvido durante o primeiro trimestre do ano letivo de 2015. O trabalho pedagógico seguiu as seguintes etapas: Reunião de professores da área de Ciências Humanas; Apresentação de documentários sobre a África para todas as turmas envolvidas neste projeto; Formação de grupos de estudos/pesquisas; Pesquisas sobre a História (Reinos africanos séculos V ao XV) e a Geografia (mapas: físico, tráfico negreiro, colonização europeia, político – características principais de diferentes países do continente africano); Produção textual sobre: Movimento Negro, Máscaras Africanas, Heranças da Cultura Africana; Confecção de máscaras (fita gessada); Representação de danças de origem africana; Apresentação dos resultados das pesquisas; Leituras e debates sobre ações afirmativas aos afrodescendentes, e para finalizar, em julho de 2015, realizou-se o I Fórum Étnico de Ciências Humanas – Etnicidades: respeito às diferenças, uma questão de humanidade, e a Exposição de máscaras, poesias e textos sobre a África realizados pelos alunos durante o primeiro trimestre de 2015.

Referencial teórico

Entende-se Africanidades como conjunto de traços culturais e históricos comuns as sociedades africanas. “É constituída por elementos que se ligam aos diversos domínios da cultura: organização econômica e social, instituições políticas, concepções filosóficas, religiões e ritos, artes gráficas e plásticas, artes do movimento, de sons e palavras” (MUNANGA, 2007, p.10). Africanidades brasileiras referem-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Ou seja, o modo de ser, de viver, de organizar lutas de afrodescendentes pela igualdade⁵ de direitos e oportunidades.

As comunidades de matrizes africanas reivindicam a inclusão nas sociedades que escravizaram seus antepassados africanos e seus descendentes, daí a importância de ensinar a história e a cultura africana e

⁵ Respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade.

brasileira. Existe o desejo de inclusão, mas reconhecendo e respeitando ao mesmo tempo a identidade que passa pelas diferenças corporais, culturais e históricas. Segundo Paulo Freire (2011, p. 59) “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

Também Anderson Ribeiro Oliva enfatiza que:

Nenhuma sociedade pode se pensar como homogênea ou como possuidora de uma única inscrição cultural/identitária. As diferenças das mais diversas ordens – de origem, social, gênero, profissão, cor, idioma, idade, região, escolaridade, território, religião – criam sulcos de formatos distintos dentro das sociedades e entre diferentes sociedades. (2012, p.33).

Temos então, como educadores, a função de ensinar/dialogar sobre a existência e a convivência com as diferenças. E, num país enorme como o Brasil é importante enxergar como nativos (indígenas), africanos, europeus e asiáticos fazem parte da história e da cultura brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos espaços de socialização dos indivíduos, local para adquirir e produzir conhecimentos, local de diálogo, de cidadania, de construir relações de pertencimento e fortalecimento de identidade. Sendo assim, a escola tem como responsabilidade ampliar os horizontes culturais e expectativas dos jovens estudantes numa perspectiva multicultural e pluriétnica. É na escola que aprendemos a conviver com as diferentes formas de agir, pensar, narrar, escrever, falar e se relacionar, portanto, ela deve refletir sobre essa diversidade e não excluir nenhum sujeito histórico, pois “somos todos igualmente diferentes” (PENA, 2005/2006).

Esta Prática Pedagógica proporcionou a todos os envolvidos, a ampliação de conhecimentos, relação de diálogo, de respeito à multiculturalidade e pluralidade étnica existente em nossa sociedade. Prática como esta contribui para uma educação não racista e não excludente. Temos muito que aprender e aprimorar, no entanto, esperamos ter contribuído

positivamente nos diálogos que estabelecemos com os estudantes do 2º Ano do Ensino Médio Politécnico do I.E.E⁶.Olívia Lahm Hirt, uma vez que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2011, p. 25).

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2011

LINHARES, Célia. TRINDADE, Maria N. (orgs) Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca freiriana: v. 7)

MOKHTAR. Gamal (editor). História geral da África – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190250POR.pdf. Acesso em 2 de fev. 2015

MUNANGA, Kabengele. O que é Africanidade. In: Vozes da África. São Paulo: Editora Duetto, 2007.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. In: Revista História Hoje, Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira vol. 1, nº 1; Junho de 2012. Disponível em: <http://rhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/index>. Acessado em 27 de agosto de 2015 às 17 horas.

PENA. Sérgio D. J. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?. In: REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 10-21, dezembro/fevereiro 2005-2006.

⁶ Instituto Estadual de Educação